

Folha de Boa Vista p. 5
01.03.85
YAROP436

A floresta, a terra e o índio: o perfeito equilíbrio



Projeto para maloca

Sociólogos, antropólogos, educadores e linguístas vão discutir nos dias 4 e 8 de março, no auditório da Secretaria da Educação e Cultura, o projeto que será implantado na maloca da Taba Lascada. Do seminário vai participar uma equipe de Brasília na qual estão incluídos elementos que já têm grande experiência em outros projetos congêneres

Será realizado nos dias 4 e 8 de março, no auditório da Secretaria de Educação e Cultura, o I Seminário sobre Educação Indígena devendo reunir sociólogos, antropólogos, educadores e linguístas diretamente ligados ao projeto de Taba Lascada, representando os diversos órgãos conveniados com a FUNAI. Entre estes, a SEC, através da Divisão de Etnografia, Divisão de Núcleo de Ensino do Interior.

O seminário tem por objetivo desenvolver o projeto que será implantado na maloca de Taba Lascada. Para isso virá uma equipe de Brasília da qual participam elementos que já tiveram experiências adquiridas em trabalhos realizados nesse sentido junto a outras comunidades indígenas, inclusive no Estado do Acre. Essa equipe vem a Boa Vista com a finalidade de colaborar com os membros da Delegacia da Funai e da SEC, engajados no projeto.

Segundo o tuxaua da Maloca de Taba Lascada, Clóvis Ambrósio, a comunidade é composta por 36 famílias, somando um total de 210 habitantes, sendo que a sua base econômica é a agricultura de subsistência. No local existe uma única escola da rede oficial, onde estudam as crianças wapi-xanas. Para Ambrósio essa escola não está atendendo os interesses do índio, servindo apenas para dispersá-los, uma vez que os adolescentes, quando aprendem a ler e a escrever, migram para a capital, abandonando a família. E na maioria das vezes tornam-se marginais do vício da bebida alcoólica.

Como representante de sua comunidade, Ambrósio disse que tanto ele quanto os seus co-habitas esperam e desejam que o atual currículo escolar seja modificado de forma a preservar sua cultura, principalmente a língua indígena, como instrumento de comunicação entre o professor e aluno.

Nesse sentido a programadora educacional da Funai, Vera Lúcia dos Santos, ressaltou que a comunidade será conscientizada e preparada para aceitar a nova visão de educação indígena, treinando também professores índios da mesma nação para atuarem na execução do programa. No seu entender, a presença do elemento indígena na educação, ou seja no contato direto com o aluno na sala de aula, será um meio de não agredir a sua cultura, suprimindo também os entraves linguísticos.

Dentro das características culturais dos yanomami encontramos os padrões de assentamento e a delimitação do Território deve levar em conta, necessariamente, sua forma de terra. Há uma variação considerável nas habitações yanomami. Na sua maioria, as casas constituem-se em uma grande maloca de forma cônica ou em círculo aberto. Encontram-se grandes malocas isoladamente, ou, em tamanhos menores, agrupadas em conjuntos. Já na região do rio Auaris e do rio Uraricaá, as casas são pequenas, geralmente de duas águas, múltiplas, retangulares, dispostas livremente no terreno, sem obedecer a um plano geométrico fixo.

Qualquer que seja seu formato, uma casa yanomami abriga, mais comumente, de 30 a 150 habitantes, embora as maiores possam abrigar até perto de 300 pessoas. Cada casa está dividida em um número variável de compartimentos familiares que constituem o núcleo doméstico de famílias elementares ou extensas.

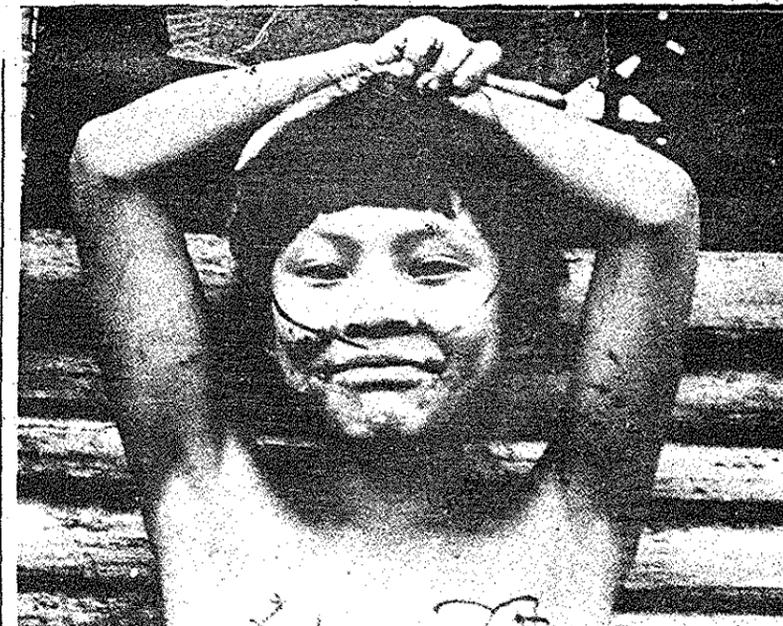
As aldeias (que podem ser constituídas por uma ou várias malocas) mantêm entre si intenso contato consolidado por relações econômicas, matrimoniais, rituais ou de fraternidade. Da movimentação entre aldeias ou conjunto de aldeias depende a dinâmica e o equilíbrio da vida econômica e social das comunidades yanomami. Essa movimentação envolve, frequentemente, contatos intensos e prolongados entre aldeias que distam de um a cinco dias ou mais de viagem a pé pela floresta ou, mais raramente, de canoa. Em termos de distância linear, isto equivale a cerca de 10 a 100 quilômetros.

Para manter as relações econômicas e sociais intercomunitárias, fundamentais ao seu modo de vida, os yanomami percorrem distâncias que atingem muitas vezes um raio de cerca de 150 quilômetros. Os yanomami de Tootobi mantêm, por exemplo, ligações comunitárias com cerca de 25 grupos locais.

A epidemia de coqueluche de 1981 alastrou-se através de praticamente todo o território yanomami. Se representarmos a ocupação territorial da população yanomami como se fosse um **continuum** de aldeias, digamos, de **A a X**, mesmo que estas últimas, especificamente, não se comuniquem diretamente, nem tenham mesmo conhecimento uma da outra, os laços entre as aldeias intermediárias **A-B-C-D** etc, resultam numa cadeia de elos contínuos. O efeito desses elos é o de uma vasta rede de interligações de comunidades, uma verdadeira trama tecida em plena floresta, criando conjunto de aldeias cujos raios de influências e comunicação se justapõem aos de outros conjuntos e assim sucessivamente, cobrindo todo o território yanomami. Os espaços entre aldeias que, num mapa estatístico convencional representado a simples localização de malocas num dado momento histórico apareceriam como **vazios** são, na realidade, totalmente utilizados pelos índios yanomami, de uma maneira racional e perfeitamente condizente com as condições ecológicas de seu **habitat**. Os espaços entre aldeias, atravessados constantemente pelos seus habitantes, de fato representam uma resposta dos yanomami às demandas que lhes são impostas por um meio ambiente pobre em solos cultiváveis e de frágeis recursos faunísticos, cuja renovação depende de um esvaziamento periódico das áreas utilizadas. Uma comunidade que explore um determinado nicho ecológico não poderá manter o mesmo padrão de vida, com suficiente produção agrícola, caça e pesca se permanecer no mesmo local por mais de três a cinco anos.

Essa permanência provoca o esgotamento do solo, a caça rareia e os produtos da floresta, necessários para a construção da casa e feita de instrumentos de trabalho e outros utensílios, tornam-se escassos, forçando os moradores a longas jornadas para chegar a novas fontes desses recursos. Assim, a cada três ou cinco anos, os yanomami transferem suas malocas para novos locais da floresta, deixando os antigos em fase de pousio, para rejuvenescimento do solo, fauna e flora.

Deixada desse modo, a antiga floresta terá a oportunidade de se reconstituir dentro de 50 a 100 anos, dependendo da fertilidade específica de cada eco-sistema. Isto significa



que, a quatro gerações, é possível reutilizar o mesmo espaço anterior, com todas as vantagens que a floresta oferece. Para isto, é imprescindível que os indígenas mudem suas aldeias periodicamente. Graças a esses padrões de assentamento disperso e móvel, os yanomami têm conseguido extrair uma subsistência contínua por séculos a fio com grande sucesso adaptativo. Para tanto, desenvolveram mecanismos de trabalho e de relações sociais que constituem para que seja mantido esse **desideratum** ecológico que, na Amazônia, representa população dispersa e sistema agrícola e extrativo de pousio.

Essas condições de mobilidade espacial resultam em dois tipos de migrações:

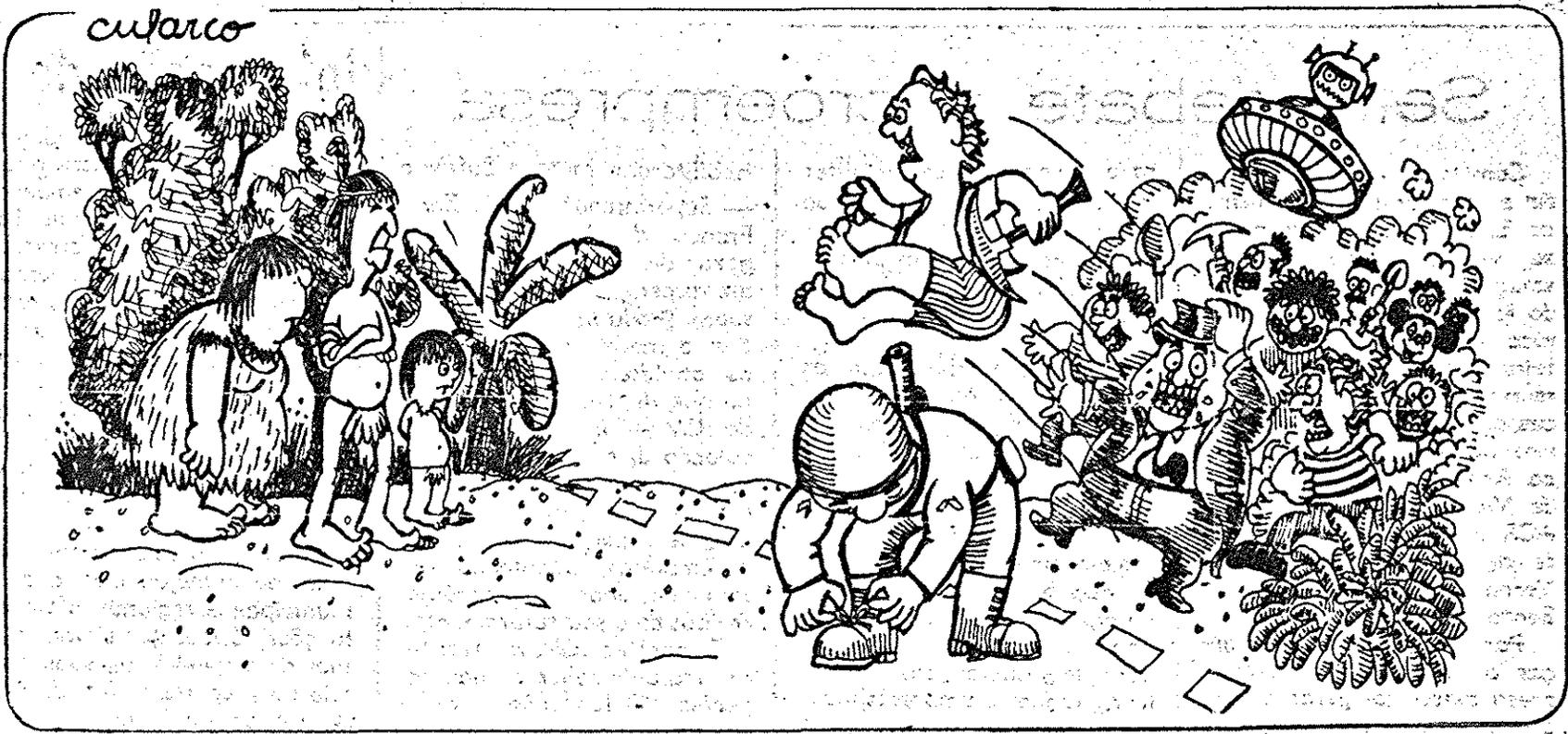
1 — micro migrações, num raio de três quilômetros, determinadas pelas necessidades de se refazer as roças, em média a cada dois anos;

2 — macro—migrações, num raio de 10 a 30 quilômetros, devido ao esgotamento da terra e do potencial de caça e coleta, a mortes ou epidemias e hostilidades eventuais entre as comunidades, provocadas por alterações nos sistemas de alianças políticas e matrimoniais entre as comunidades.

As velhas roças abandonadas em decorrência das migrações tradicionais são, entretanto, usadas ainda por muitos anos, para colheitas de alguns dos produtos anteriormente cultivados, cujo ciclo de aproveitamento é bastante longo, como a pupunha, certos tubérculos e várias espécies de bananas. Após o necessário período de recuperação ecológica, a área poderá ser novamente ocupada pelos descendentes do mesmo grupo ou por outro grupo residencial.

As áreas compreendidas entre as diversas aldeias ou entre os conjuntos de aldeias, bem como as áreas de perambulação, estão cobertas por uma densa rede de picadas, pontilhadas de inúmeros acampamentos de caça e de tapiris utilizados durante as viagens. Radiando de cada aldeia, essas picadas se espraiam para roças recém-abertas, em utilização ou já abandonadas, para outras aldeias, para fontes de água, de frutos silvestres, locais ricos em certas matérias primas, formando um emaranhado de caminhos mantidos abertos pela utilização constante que delas fazem os moradores dessas aldeias.

Cada parcela de floresta é aproveitada, tem nome, é percorrida com íntima familiaridade e impregna a memória do grupo, através de relatos históricos e mitológicos, desde os tempos mais remotos. São exatamente esses fatos que devem estar constantemente associados à conceituação de território pelos yanomami, território esse que não se pode limitar ao local e imediações das aldeias, sob pena de se cometerem erros gravíssimos que afetariam inexoravelmente a sobrevivência física e cultural desse grande grupo indígena.



EDITORIAL

A segurança da fronteira

O episódio Surucucus mostrou quanto é frágil o domínio do Estado sobre seus próprios bens. E a razão dessa fragilidade é facilmente encontrada na explicação, de um teórico, da geopolítica nacional quando voltada para o interior da Nação. Lembra ele que nos últimos decênios o Poder Central da República, preocupado com a sedimentação do que se pode chamar de submissão do cidadão, voltou suas baterias para o desmantelamento de forças contrárias ao regime. Com as Forças Armadas, na medida em que os recursos permitiram, ficou o papel absoluto de guardiãs do Território Nacional, quando, na verdade, precisam repartir, com o brasileiro comum, o sagrado dever de velar pelo sólo pátrio. Não fosse assim, nem mesmo o maior poder de fogo seria capaz de assegurar o êxito de tal missão.

É bem verdade que, ao cumprir o seu designio de defensora, a área militar o fez com profissionalismo e como aresta ficam apenas alguns arranhões que a história guardou, cremos que insuficientes para desvirtuar a seriedade com que as Três Armas incumbiram-se dessa missão. Por outro lado, faltaram recursos para uma total avançada rumo aos pontos mais desguarnecidos do Brasil, mesmo que os projetos mais importantes tenham sido levados a cabo.

O Extremo Norte do País é um exemplo. Somente agora, na metade da década dos anos 80 é que a presença militar nas fronteiras se faz com maior intensidade, seguindo as trilhas abertas pelos pioneiros como o pessoal do Correio Aéreo Nacional, o marechal Cândido Rondón e outros tantos, que mercê em muitos casos do sacrifício da própria vida e das de seus subalternos, pintaram de verde-oliva ou o azul celeste os recônditos espaços desse imenso sertão de florestas, serras, rios e igarapés.

Mas, como afirma uma patente militar estacionada no Território, não cabe só ao militar o dever de defender a fronteira. Essa é uma tarefa também do brasileiro desconhecido, aquele que, com o risco da sua integridade, enfrentando a inóspita região por desbravar, marca os limites da nossa terra e define até onde o vizinho pode entrar. O que, segundo o militar, deve e precisa ser feito com o apoio das Forças Armadas até onde ela tenha recursos para fazê-lo. E isso é c

que ocorre em Roraima.

Não é somente a presença militar — na ótica dessa autoridade — que assegura a uma Nação o domínio sobre a sua faixa de fronteira. É necessária, absolutamente necessária, presença do colonizador. É, portanto, a ocupação pelo homem o ponto principal para que tal domínio seja estabelecido, pois sem isso nada será viável, nem mesmo a preservação da faixa de limite, pois num país de dimensões como o nosso, a extensão fronteiriça torna-se um ônus de custo vultoso na sua defesa puramente militar. Daí a necessidade de se ocupar as mais isoladas regiões brasileiras, em especial as que se limitam com outras nações.

Para tanto, basta ver o exemplo que nos dá a Venezuela. Ao investir no asfalto entre o quilômetro 88 e Santa Elena de Uairén, dotando a região de meios de transportes factíveis, inclusive com a pavimentação da pista do aeroporto local, o governo Jaime Lusinchi mostra sua intenção de ocupar mais efetivamente, com homens e investimentos, a sua faixa fronteiriça com o Brasil. A recíproca deve e precisa ser verdadeira.

Assim agindo, o governo venezuelano nos mostra que não precisa reforçar militarmente sua fronteira, pois jamais teve intenções belicosas, já que mantém as melhores relações com este seu vizinho. Na verdade, o que se busca na região é marcar a presença do homem, instrumento principal para que a segurança seja cada vez maior. O Brasil precisa seguir o mesmo caminho, dotando Roraima de condições para igualmente massificar sua área de fronteira. Para isso, precisa urgentemente resolver o problema indígena, demarcando as terras e racionalizando a colonização. Mas deve, antes de tudo, equacionar o conflito índios/garimpeiros, pois este sim, inequivocamente será um foco de alta tensão social e que dará muita dor de cabeça se não for resolvido de forma pacífica e acima de tudo inteligente, que preserve o silvícola de todos os males que o branco lhe possa trazer. E dar ao colonizador a tranquilidade que, a exemplo das Forças Armadas, o plantará como marco de segurança na extensa fronteira nacional.